Em 18 de janeiro de 2024, às 9h, foi realizada a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de Sorocaba em sua sede, localizada a Rua João Gabriel Mendes, 351 na Vila Gabriel. Participaram os conselheiros titulares e suplentes do **Poder** **Público**: Titular SEDU Michele S. Loriano e seu suplente Marcos A. Santos; Titular SECULT Luís F. Lima; Titula SEFAZ Nilani B. Martinelli; Titular SEQUAV Waldirene G. C. Bueno; Titular SES Camila Cruz; Titular SEMA Carolina B. M. Oliveira; Suplente SEMOB Cleber Sandro da Silva; Titular SAJ Juliana Ap. M. M. P. Almeida; Titular SECID Edson Ap. Borges; Titular URBES Cristian J. H. Florentino; Titular SERPO Sérgio Ap. A. Rocha –**Sociedade Civil**, tivemos: Titular AMAS Jeane P. L. Collaço; Titular APADAS Patrícia Gino, Titular Associação Amor Inclusivo Cleide T. O Araripe, Titular Associação Empresto Minhas Pernas Mario L. T. Júnior; Titular APAE Ariele T. Salla. Representando as **Pessoas com Deficiência** tivemos: Titular Hérick Cleiton S. Roma; Titular Izabel C. Villa; Titular Carlos Botelho; Titular Pâmela C. S. Silva; Titular Marildes L. Silva; Suplente Lucas S. O. Barbosa. **Visitantes:** Jesiel Oliveira do CCPDC; Aurea P. A. Silva da Associação Educacional Santa Rita de Cássia; Mariana C. Alves da Integrar; Laura C. da Silva Residência Inclusiva; Natalia Vaz Cunha. As pautas desta reunião foram as seguintes: 1) Educação Especial; 2) Transporte Especial; 3) Transporte Urbano; 4) Denúncia sobre uso de vaga irregular no marcado Max; 5) Informes. Iniciamos a reunião com a fala da vice-presidente Jeane, a qual abordou as mudanças que estão sendo impostas na área da Educação Especial. As instituições que atendem as crianças e adolescentes com deficiência, terão que prestar atendimentos nos ciclos 1 e 2, não podendo mais retê-los no quinto ano do ensino fundamental. Esta alteração, fará com que o aluno conclua o ciclo 2, tendo que dar sequência ao atendimento educacional no ensino regular na rede estadual. A preocupação é, como o aluno com TEA, poderá ser inserido no ensino regular sem que as demais questões relacionadas a patologia estejam sendo consideradas? Quais implicações esta ação terá em seu quadro clínico, social e familiar? Jeane informou que participou de uma reunião com a Diretoria de Ensino de Sorocaba expondo todas as implicações que este público terá com as mudanças, inclusive propondo a criação de um Centro Dia para poder acolher as pessoas com TEA, pois caso contrário, eles ficarão isolados em casa, sendo esta mudança, um retrocesso na qualidade de vida destes indivíduos e seus familiares. O presidente informou que há um estudo na Câmara Municipal para analisar esta questão e o conselheiro Herick reforça a importância de Sorocaba dispor de um local apropriado para o atendimento deste público específico. Diante desta situação, Jeane propôs a criação de uma Comissão para a implementação do Centro Dia, a qual foi aprovada por unanimidade. Se candidataram para fazer parte da Comissão, o presidente Luís, a vice-presidente Jeane e os conselheiros Patrícia, Marisa, Izabel, Ariele, Michele, Jesiel, Herick, Tânia e Pâmela. Na segunda pauta, referente ao Transporte Especial, Luís informou da reunião do Grupo de Trabalho ocorrida em 30 de novembro na Câmara Municipal, referente a alteração do Decreto Municipal que regulamenta o TE e passou a palavra para Jesiel, o qual esteve presente na reunião e trouxe a informação de que os motoristas e agentes de bordo, teriam um treinamento no mês de janeiro e que após convenção coletiva ocorrida em 2023, ficou definido que a partir de fevereiro de 2024, estes colaboradores teriam à disposição, atendimento Psicológico, ambos visando melhorar a qualidade do serviço prestado ao usuário. Luís informou que haverá nova reunião do Grupo de Trabalho em fevereiro, com data a ser definida. Cristian informou que o TE está com fila de espera de 270 munícipes e que há novas solicitações que precisam ser analisadas, visto que TE tem recebido solicitação para pacientes da hemodiálise e que estes, devem ser atendidos pela Secretaria da Saúde. Ele também reforçou a importância da retomada do Comitê do Transporte Especial, visto que há casos que requer discussão para a tomada de decisão. Luís informou que, após muitas queixas recebidas de usuários, referente não poder usar o transporte coletivo por estar inserido no transporte especial, o Conselho conseguiu reverter esta situação, na qual os usuários do TE poderão utilizar o transporte coletivo de forma gratuita. Carlos Botelho sugeriu que o CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – participe das reuniões que envolvam acessibilidade, para que a cidade venha evoluir nesta questão. Luíz reforçou que também seria importante a participação do CREA na CPA- Comissão Permanente de Acessibilidade. Izabel, perguntou como está a análise do uso do transporte da SEDU, para que possa absorver os alunos com deficiência e assim, minimizar a lista de espera para o TE. Ela também questionou o que tem sido feito em relação ao mal comportamento do usuário do TE, o qual tem agredido verbalmente os agentes de bordo ou motoristas, muitas vezes, com ameaças e que esta situação já foi levada ao conhecimento da URBES. Cristian da URBES, respondeu que o uso do transporte da educação pelos alunos PcDs está em estudo juntamente com a SEDU. Michele informou que o transporte escolar, inicialmente era fornecido para alunos que residissem com distância de 1,5km da unidade escolar e que atualmente, a distância passou para 2km. Este estudo visa atender aos alunos com deficiência que já estejam na rota dos veículos. Ela também informou que os motoristas do transporte escolar passarão por três dias treinamento. Respondendo ao questionamento do mal comportamento dos usuários, Cristian informou que eles são notificados, buscando solucionar as demandas trazidas. Ele ainda ressaltou, que a mãe do usuário que agrediu a AGB foi notificada, orientada e passará a ser monitorada pela empresa. E que assim que os encontros do Comitê do Transporte Especial forem retomados, darão suporte para questões desta ordem. Izabel sugeriu que estas questões sejam colocadas no Decreto de forma clara, quais são os direitos e deveres dos usuários e as implicações em caso de descumprimento. Concluída esta pauta, Luís abordou a questão do Transporte Coletivo, perguntando quem poderia participar da reunião com a equipe do BRT e com o Adriano Brasil, a fim de pontuar as questões da falta de acessibilidade nos terminais, desde questões estruturais, letreiros, iluminação etc. Se prontificaram a participar os conselheiros: Herick, Sérgio, Carlos Botelho, Izabel e Suzana.

A conselheira Pâmela informou ao Cristian da URBES, que o TE tem passado em sua residência, embora ela tenha informada que está de férias da escola. Ele irá averiguar o motivo. Jesiel informou, que na reunião ocorrida em 30 de novembro, referente a alteração do Decreto do TE, ele sugeriu que o transporte coletivo, pudesse parar fora dos pontos oficiais para o desembarque da PcD, visto que muitas vezes, estes locais não dispõem de calçadas com acessibilidade para o cadeirante, dando visibilidade da dificuldade vivenciada. O vereador Péricles perguntou se todos estavam de acordo e sendo unanime, será abordado no próximo encontro do GT. Carlos Botelho ressaltou que é importante que a cidade se torne acessível, para que a PcD possa ter sua autonomia. Jesiel ainda pontuou o quanto é importante a efetivação da CPA – Comissão Permanente de Acessibilidade, para que ela possa acompanhar os novos empreendimentos, bem como as já existentes, exigindo o cumprimento da acessibilidade de acordo com as normas da ABNT 9050. A conselheira Tânia, informou que o Conselho da Mulher também tem participado das reuniões que solicitam a volta da CPA e que os trâmites legais estão na SEGOV. Abordamos a quarta pauta, referente a denúncia, na qual a palavra foi passada para o visitante Douglas Salton, o qual informou que o supermercado Max, colocou carrinho de compras, quiosque e um carro promocional, sobre o piso tátil e que as vagas preferenciais, estão na lateral do estabelecimento, dificultando a locomoção da PcD. Luís perguntou se todos estava de acordo do Conselho entrar em contato com a gerência do supermercado, a fim de fazer uma orientação neste primeiro momento, no qual todos concordaram unanimemente. Ainda referente a denúncia, o conselheiro Herick compartilhou a situação por ele vivenciada dentro do transporte coletivo no terminal Santo Antônio. Ele relatou que houveram três situações que o deixaram muito desconfortável, sendo a primeira, que ao chegar ao terminal, não pôde desembarcar devido ao elevador do transporte não funcionar; ainda no mesmo terminal, ao tentar embarcar, o elevador não funcionou e ao trazerem outro veículo, o mesmo estava não estava funcionando, sendo orientado a aguardar o horário do próximo veículo, conforme o descrito no aplicativo; já no terminal de transferência, como o elevador não funcionou, os funcionários o orientaram a passar para outro veículo, porém, o local de desembarque não era do lado que ele precisada, inviabilizando permanecer no transporte. Em todas as situações apontadas, Herick questiona a manutenção preventiva dos veículos, a verificação do funcionamento dos equipamentos de acessibilidade antes de iniciar o uso do veículo, pois ele cita que o tempo perdido nestas ocasiões, trazem prejuízo aos compromissos já assumidos pelos usuários. Diante das queixas recorrentes da falha do equipamento, Izabel sugeriu interditar o uso da porta do meio do transporte coletivo pelos demais passageiros, deixando apenas para uso exclusivo do elevador, como uma alternativa para maior durabilidade do equipamento. A conselheira Patrícia sugeriu a possibilidade de a URBES adquirir elevador portátil para uso nos terminais Santo Antônio e São Paulo, os quais têm maior fluxo de usuários, para quando o elevador de pane, o usuário poder embarcar/desembarcar. Cristian irá levar a sugestão aos superiores. Já nos informes, Luís compartilhou a informação de que participou de uma reunião em dezembro, juntamente com o Jesiel e Carolina da SEMA, referente a adequação a tempo de contribuição para aposentadoria do servidor com deficiência. Quanto a redução da jornada de trabalho, a solicitação está em análise, com devolutiva prevista para o mês de fevereiro. Carolina da SEMA, informou que a URBES continua solicitando Laudo Médico, mesmo o cidadão estando com o RG atualizado com a descrição PcD. O conselheiro Sérgio, orientou que as queixas feitas pontuando a falta de acessibilidade, precisam ser mais específicas, para facilitar a compreensão do servidor e para que este, dê seguimento a resolução da demanda trazida. Feita a leitura da ATA da reunião realizada em 29 de novembro de 2023 e aprovada por unanimidade. Luís perguntou se mais alguém teria algo a contribuir, como ninguém se manifestou, a reunião foi encerrada e eu, Patrícia Gino redigi a presente ATA.